



Manuel
Luis

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA REAL, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO
DE 2012**

N.º 11/2012

PRESIDÊNCIA: Manuel do Nascimento Martins - Presidente da Câmara.-----

VEREADORES PRESENTES: Domingos José Monteiro Madeira Pinto, Maria Dolores Alves Ferreira Monteiro, Miguel de Matos Esteves, Eugénia Margarida Coutinho da Silva Almeida, Henrique de Matos Morgado e Francisco José Ferreira da Rocha.-----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve.-----

SECRETARIOU: Eduardo Luís Varela Rodrigues - Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

HORA DE ABERTURA: Declarada aberta pelo Senhor Presidente, quando eram 10 horas.-----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve.-----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada.-----

SUMÁRIO

I - ANTES DA ORDEM DO DIA	5
---------------------------------	---

II - ASSUNTOS URGENTES (artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro)	5
---	---

III - ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. – Deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de abril de 2012	6
--	---

CÂMARA MUNICIPAL

2. – Atribuição de distinções honoríficas	9
3. – Complexo Municipal de Lazer de Codessais – Protocolo de Cedência	10
4. – Merval, EM – Contrato-Programa 2012.....	12

Gabinete de Comunicação e Imagem

5. – Convite para a Expo - Rose que se realiza na Cidade Geminada de Grasse	14
6. – Participação de Vila Real na internacionalização do projeto “Entre Margens” do Museu do Douro – Presença na “Fête de L’Europe” (Festa da Europa) em Bordéus (França).....	15

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

7. – Reforço de Fundos de Maneio 2012 – maio a dezembro	16
---	----

Contratação Pública

8. – Fiscalização da empreitada de execução do Centro Escolar de Mouçós – Aprovação da minuta de contrato	17
---	----

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Contabilidade

9. – Douro Alliance – Comparticipação financeira17

Tesouraria

10. – Balancete Quinzenal – Quinzena de 30 de abril a 11 de maio/201218

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11. – Restauro e Recuperação da Casa dos Marqueses de Vila Real e Instalação do Centro de Informação Turística Municipal – Decisão sobre Erros e Omissões.....19

Animação e Turismo

12. – Festas da Cidade 201221

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

13. – Abertura de procedimento para a realização da empreitada de construção da Via Verde aos Transportes Alternativos – Fase 1, consentâneo com a alínea b) do Artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), - Concurso Público22

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO URBANA

DIVISÃO DE GESTÃO URBANA

14. – Processo nº 11/06 – Construções Pinto & Marques, Lda. – Freguesia de Borbela25

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO URBANA

15. – Construção do pavilhão G2 no espaço do novo Centro Escolar das Árvores –
Reclamação do empreiteiro quanto a erros e omissões26

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

16. – Conselho Municipal de Educação de Vila Real – Emissão de parecer26

I - ANTES DA ORDEM DO DIA

- A Vereadora Dolores Monteiro emitiu o seguinte Voto de Congratulação pelos prémios obtidos pelo Conservatório de Música em Vilagarcia

“Desde 2008 que o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular promove uma iniciativa designada por **Mostra Musical do Eixo Atlântico**, a qual tem como principais objetivos *“reconhecer, promover, premiar e difundir a prática da Música, apoiando os músicos intérpretes que pelo seu valor e interesse possam contribuir para a difusão do gosto pela Música da Galiza e do Norte de Portugal, favorecendo a inovação, a qualidade, a interação e a renovação do panorama musical do Eixo Atlântico.”*

Na 3ª edição desta iniciativa, realizada nos dias 12 e 13 de maio, em Vilagarcia de Arousa, participaram cento e quarenta e dois jovens músicos de 13 cidades do Norte de Portugal e da Galiza.

A exemplo das edições anteriores, o Município de Vila Real fez-se representar pelos alunos do Conservatório Regional de Música de Vila Real (Orquestra de Cordas do Conservatório Regional de Música de Vila Real, grupo constituído por 16 elementos, e de 3 Solistas - Grupos A e B), os quais obtiveram o 1º lugar na categoria Agrupamentos Maiores, com a Orquestra de Cordas, e uma Menção Honrosa, na Categoria Solistas (Grupo B).

Neste sentido e por este facto, propõe-se que o Exmo. Executivo Municipal delibere aprovar um **Voto de Louvor e Congratulação** ao Conservatório Regional de Música de Vila Real.”

-DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta.-----

II - ASSUNTOS URGENTES (artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro)

Foi incluído na Ordem de Trabalhos os seguintes assuntos:

- Fiscalização da empreitada de execução do Centro Escolar de Mouçós - Aprovação da minuta de contrato
- Construção do pavilhão G2 no espaço do novo Centro Escolar das Árvores - Reclamação do empreiteiro quanto a erros e omissões

- Restauro e Recuperação da Casa dos Marquês de Vila Real e Instalação do Centro de Informação Turística Municipal - Decisão sobre Erros e Omissões
- Abertura de procedimento para a realização da empreitada de construção da Via Verde aos Transportes Alternativos – Fase 1, consentâneo com a alínea b) do Artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), - Concurso Público

III - ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de abril de 2012

----- 1. - Presente à reunião as deliberações da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de abril de 2012, do seguinte teor:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram presentes à Mesa da Assembleia Municipal 1 Voto de Pesar, 2 Moções e 1 Proposta assim discriminadas:

Voto de Pesar: - Subscrito pelo Bloco de Esquerda e aceite por unanimidade, pelo falecimento do Dr. Miguel Sacadura de Cabral Portas, uma das figuras mais marcantes da Política Portuguesa, e de entre muitas outras há a destacar o ter sido militante do Partido Comunista Português, fundador da Plataforma de Esquerda, da Política XXI e do Bloco de Esquerda, pelo qual foi eleito para o cargo de Deputado Europeu em 2004. Em sua honra, este Voto de Pesar e apresentar à família as devidas e sentidas condolências.

Moção n.º 1: - Subscrita pela CDU: - Sobre a Constituição de Mega Agrupamentos de Escolas, reafirmando a necessidade de garantir a qualidade da Escola Pública, exigindo que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de Política Educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como

recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Real reunida em 30 de abril de 2012, manifesta-se pela imediata suspensão desse processo inoportuno, desadequado e coercivo de constituição de mega agrupamentos, **que foi aprovada por maioria com 5 abstenções: 2 do CDS/PP e 3 do PSD de: Marília Teresa Teixeira de Barros Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Arroios), Ildemaro de Azevedo Guerra e Manuel Pinto Lopes.**

Moção n.º.2: - Subscrita por todos os Grupos Parlamentares Municipais, manifestando-se, mais uma vez contra a existência de Portagens nas Autoestradas que servem a nossa Região, assim:

- Atendendo a que a existência deste custo inerente aos transportes rodoviários dificulta a atração de investimento para a nossa região,

Atendendo a dificuldade que existe, para aqueles que habitam e trabalham nesta região, para suportar os custos de circulação na A24 e, como se prevê, na futura Autoestrada Transmontana.

Atendendo a que o eixo Vila Real – Régua - Lamego, que deu origem ao projeto Douro Alliance, e objetivamente prejudicado pela existência de portagens entre Vila Real e os outros dois municípios referidos, isto apesar de não existir cobrança de portagens entre Peso da Régua e Lamego.

Considerando que a universalidade do princípio do “Utilizador-Pagador” conduz, neste caso, a injustiças e ao desagregamento da coesão territorial;

A Assembleia Municipal de Vila Real:

- Manifesta-se, mais uma vez e perentoriamente, contra a existência de portagens nas Autoestradas que servem a nossa região,

- Considera fundamental a manutenção do regime de isenções e descontos para os residentes e trabalhadores desta região, para além do dia 1 de julho de 2012, de acordo com o que havia sido anunciado pelo Governo e atendendo aos indicadores de poder de compra da região.

Esta posição deverá ser assumida também, e dela deverá ser dado conhecimento ao Governo da Nação, pelo Executivo Municipal de Vila Real e pelos representantes desta Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação “Douro Alliance”. **Após a sua discussão e votação foi aprovada por maioria com 3 abstenções do (PSD), Presidentes das Juntas de Freguesia de Campeã e Mouçós e do Sr. Joaquim Carlos Barreira Gonçalves.**

Proposta N.º 1: - Subscrita pelo Grupo Parlamentar do PSD, versando a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade, ao Dr. Manuel do Nascimento Martins tendo sido, **aprovada por maioria com 33 votos a favor da bancada do PSD e António Miguel Teixeira da Costa Pinto do PS, 16 abstenções do PS, CDS-PP e CDU e 1 voto contra do BE.**

ORDEM DE TRABALHOS

1º - Ponto – Apreciar e deliberar sobre a constituição de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal para acompanhamento do processo de Reorganização Administrativa do Concelho de Vila Real, nos termos do artigo 32º. e seguintes do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, sob proposta da Conferência de Representantes, com base na alínea c) do n.º 3 do artigo 23º. do referido Regimento.

Deliberação: - Aprovada por unanimidade

2º - Ponto – Informação a prestar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Tomado conhecimento

3º - Ponto - Apreciar e votar o Relatório e Contas do Exercício de 2011 da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 5-A/2002 de 11 de janeiro, (deliberação do Executivo de 16 de abril de 2012);

Deliberação: - Aprovados por maioria, com 19 votos contra das bancadas do PS, CDU e BE; 2 abstenções do CDS/PP e 36 votos a favor da bancada do PSD.

4º - Ponto - Apreciar e deliberar sobre a alteração dos Estatutos da Empresa Merval- Gestão de Mercados e de Promoção de Projetos de Desenvolvimento Local, E.E.M. nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 5-A/2002 de 11 de janeiro, (deliberação do Executivo de 02 de abril de 2012);

Deliberação: - Aprovados por maioria, com 21 votos contra e 36 votos a favor. “----

-----**DELIBERAÇÃO: Tomar conhecimento.**-----

CÂMARA MUNICIPAL

- Atribuição de distinções honoríficas

----- 2. - Presente à reunião proposta dos Vereadores do Partido Socialista do seguinte teor:

“Os Vereadores do Partido Socialista, a propósito da proposta do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, presente à reunião de Câmara Municipal de 6 de julho, sobre a atribuição de distinções honoríficas a alguns Cidadãos, Empresas, Instituições e Funcionários Municipais, têm a declarar o seguinte:

- 1) Estas distinções honoríficas devem ter por finalidade homenagear publicamente pessoas singulares ou coletivas que contribuam para o engrandecimento e dignificação do Município de Vila Real, bem como aquelas que se notabilizem pelo seu reconhecimento mérito, prestígio, cargo, ação, serviços ou contributos para a comunidade;
- 2) Os critérios que levam à sua atribuição devem ser rigorosos, coerentes, isentos, justos e levando em linha de conta o seu inegável mérito;
- 3) O processo decisório da sua atribuição deve ser mais plural, participado e abrangente;
- 4) A sua aprovação deve ser nominal e a respetiva votação deve ser por voto secreto.

Deste modo, os Vereadores do Partido Socialista propõem:

- 1) A extinção imediata da Comissão responsável pela elaboração dessas propostas de atribuição;
- 2) A criação de um novo Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Vila Real, com efetiva participação dos cidadãos (discussão pública) e de todas as forças políticas;
- 3) Que esse novo Regulamento contemple que, a concessão de qualquer Medalha ou Distinção Honorífica fique sujeita a deliberação por maioria qualificada de dois terços pela Assembleia Municipal, sob proposta (individual e não em lista) fundamentada do executivo aprovada por maioria simples.

Deste modo, ficará assegurado que os títulos honoríficos a conceder constituem (sempre) um genuíno reconhecimento de feitos, façanhas e contributos para a comunidade e se demarquem de considerações de natureza político-partidárias que, ao longo dos anos e em recorrentes circunstâncias, têm colocado em causa a justeza de algumas atribuições.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Rejeitar a proposta com os votos do Senhor Presidente e dos Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata.**---

- Complexo Municipal de Lazer de Codessais

- Protocolo de Cedência

----- **3.** - Presente à reunião para aprovação a minuta do protocolo a celebrar entre o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município de Vila Real e o Município de Vila Real

“Considerando que o contrato de concessão referente às instalações que integram o Complexo Municipal de Lazer de Codessais, propriedade do Município, foi rescindido nos termos da deliberação camarária de 14/11/2011.

Considerando o atual estado do Complexo, o qual reflete a necessidade premente de obras de intervenção por forma a realizar-se manutenção do equipamento existente, bem como dotar o espaço de melhores condições de segurança e estética, sem as quais não se afigura viável a abertura de novo procedimento concursal para a respetiva concessão de exploração.

Considerando que o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município de Vila Real manifestou interesse em explorar e dinamizar as referidas instalações até ao termo das obras em causa, é celebrado o presente protocolo, com base no artigo 67.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro,

Entre o **Município de Vila Real**, pessoa coletiva n.º 506359670, neste ato representado pelo seu **Presidente da Câmara Municipal, Doutor Manuel do Nascimento Martins**,

E

Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município de Vila Real, doravante designado como CCD, pessoa coletiva n.º 501833803, aqui representado pelo **Presidente da Direção, André António Dias de Carvalho**, e pelo **Tesoureiro, Manuel Bento da Silva Pinto**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

O Município de Vila Real é dono e legítimo proprietário do Complexo Municipal de Lazer de Codessais, sito no Lugar de Codessais ou Pé do Cavalo, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o artigo 1707.º e na Conservatória do Registo Predial sob o número 931, composto por duas piscinas, um bar de apoio, campo de ténis e de minigolfe, praia fluvial e terrenos anexos.

Cláusula 2.ª

Pelo presente instrumento cede graciosamente ao CCD o direito de uso do Complexo identificado na cláusula anterior com o fim exclusivo de exploração e dinamização das respetivas instalações.

Cláusula 3.ª

A presente cedência será feita pelo prazo de um ano, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, sendo revogável por comunicação expressa por cada uma das partes com 60 dias de antecedência relativamente ao fim do prazo ou de cada uma das suas prorrogações.

Cláusula 4.ª

Durante o prazo estabelecido nas cláusulas anteriores são da exclusiva competência do CCD todas as responsabilidades e encargos de manutenção, gestão e conservação das infraestruturas ora entregues, bem como é sua obrigação destiná-lo exclusivamente aos fins previstos no presente protocolo.

Cláusula 5.ª

1 - Por efeito da celebração do presente protocolo fica o CCD autorizado a usar o Complexo Municipal, nele podendo de imediato introduzir benfeitorias.

2 – O CCD não poderá ceder a sua posição a terceiros sem autorização da Câmara Municipal de Vila Real.

Cláusula 6.ª

1 - O presente protocolo cessará os seus efeitos pelo decurso do prazo estabelecido na cláusula 3.ª ou da última das suas prorrogações, caso em que deverá o CCD devolver as infraestruturas ao Município de Vila Real em perfeito estado de conservação.

2 - O presente protocolo cessará igualmente os seus efeitos se as partes procederem à celebração de novo protocolo que expressamente revogue este instrumento e onde se fixem novas condições de gestão das infraestruturas em causa.

Cláusula 7.ª

Constitui fundamento de rescisão do presente protocolo, sem direito a qualquer indemnização, o incumprimento de qualquer das suas cláusulas, o abandono evidente das infraestruturas por parte do CCD, ou a afetação do bem, de forma reiterada, a fim diverso daquele para o qual foi cedido.

Celebrado em Vila Real _____, em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com o respetivo exemplar.”-----

-----DELIBERAÇÃO: Aprovar o protocolo, o qual deve ser objeto de avaliação até ao final do 1º ano com vista a eventual renovação.-----

- MERVAL, EM

- Contrato-Programa 2012

----- 4. - Presente à reunião Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Vila Real e a MERVAL – Empresa Municipal de Gestão de Mercados e Promoção de Projetos de Desenvolvimento Local, EM, do seguinte teor:

“Por escritura de 26 de março de 2001, foi criada a empresa municipal MERVAL, E.M. com a responsabilidade de promover a atividade económica da região, designadamente através do apoio ao seu incremento e desenvolvimento concelhio e regional.

Conforme previsto no estudo técnico-económico referente à criação da empresa municipal, aprovado pelos órgãos do município, a viabilidade da atividade da empresa

passa pela celebração de contratos-programa anuais com o município de Vila Real para subsidiar a exploração e determinados investimentos de rentabilidade não demonstrada.

Assim, ao abrigo do artigo 23º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de dezembro, é celebrado o seguinte Contrato-Programa:

1º Outorgante – O Município de Vila Real, adiante designado por CMVR, pessoa coletiva nº 506 359 670, representada neste ato pelo Sr. Presidente da Câmara;

e

2º Outorgante – MERVAL, Empresa Municipal de Gestão de Mercados e de Promoção de Desenvolvimento Local, E.M, adiante designada por MERVAL, E.M. pessoa coletiva nº 505 324 024, representada neste ato pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

A MERVAL tem por objeto a conceção, criação, comercialização, promoção, desenvolvimento e gestão de parques industriais, mercados e feiras, consultoria e apoio ao desenvolvimento de empresas, bem como a elaboração de estudos diversos de desenvolvimento de planos de negócio.

A Merval tem vindo a encetar as diligências necessárias à criação da Nova Zona Empresarial de Vila Real (ZEN). Nesse sentido desenvolveu um conjunto de atividades fundamentais para a sua implementação.

No atual Loteamento Industrial continua com os habituais procedimentos de manutenção das infraestruturas e que possibilitem o seu bom funcionamento, nomeadamente, arranjo de passeios, jardins, limpeza de arruamentos e sarjetas, etc.

A Empresa continua a desenvolver um conjunto de atividades operacionais nas diversas vertentes em que está envolvida, nomeadamente na gestão das feiras de gado de Lordelo e Nª Sª da Pena, mercado municipal e feira do levante, bem como na ligação empreendedora que imprime no Ninho de Empresas.

Cláusula 2ª

Período de Vigência do Protocolo

O presente contrato produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª

Direitos e Obrigações das Partes

Compete à CMVR:

- Acompanhar toda a atividade da MERVAL, nos termos da lei e dos estatutos aprovados;
- Processar a favor da MERVAL a participação financeira municipal.

Compete à MERVAL:

- Desenvolver todas as ações, atividades e investimentos constantes no seu Plano de Atividades e Investimentos, bem como as referidas no art. 1 do presente contrato-programa;
- Prestar todas as informações e facultar todos os elementos que lhe sejam solicitados pela CMVR.

Caberá à CMVR assegurar a participação financeira dos encargos de 60.000 €, Projeto nº 153/2010 Plano de Atividades Municipal para 2012, em que:

- 20.000 € são de natureza corrente
- 40.000 € de capital (financiamento de investimento da cobertura da Feira de Lordelo apoiado pelo programa PRODER/LEADER).

Cláusula 4ª

Resolução do Protocolo

O incumprimento, por uma das partes das obrigações assumidas no âmbito do presente acordo poderá dar origem à resolução por iniciativa de outra parte.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar o protocolo.**-----

Gabinete de Comunicação e Imagem

- Convite para a Expo - Rose que se realiza na Cidade Geminada de Grasse

----- **5.** - Presente à reunião informação da Técnica Superior de Relações Internacionais do seguinte teor:

“A cidade de Grasse acolherá de 17 a 20 de maio a sua tradicional Expo - Rose. Esta festa local, que a cada ano é um sucesso internacional, terá como tema “A Moda”.

Como acontece anualmente, a cidade torna-se um verdadeiro palco para a Rosa. Esta cenografia da Moda chamará a atenção para as 80 000 flores que formarão composições roseirais.

Assim sendo, o Presidente da Câmara – Jean-Pierre Leleux, convida-o a deslocar-se a Grasse, para a abertura deste evento.

Propõem-se assim, a sua deslocação, acompanhado de uma pequena delegação, constituída pela sua esposa, do Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência José Hermano Machado e de um representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a designar pela mesma que poderá averiguar das potencialidades de cooperação da nossa universidade com o sector dos perfumes, tão profícuo nesta cidade irmã. Junto, em anexo o convite e a respetiva tradução.

Solicita-se ainda, a autorização para efetuar as despesas da deslocação que consistem nas passagens aéreas dos elementos da delegação e cujo valor total se estima em 3.360€ (isento de IVA).”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar as despesas da delegação proposta. Os Vereadores do Partido Socialista abstiveram-se.**-----

- Participação de Vila Real na internacionalização do projeto “Entre Margens” do Museu do Douro – Presença na “Fête de L’Europe” (Festa da Europa) em Bordéus (França)

----- **6.** - Presente à reunião informação da Técnica Superior de Relações Internacionais do seguinte teor:

“Na sequência de contactos estabelecidos pela organização do Entre Margens, Museu do Douro e Procur.arte com o objetivo de promover a itinerância deste projeto a nível internacional, o Museu do Douro despertou o interesse da Ville de Bordéus e esta formalizou o convite para participar numa das grandes atividades culturais previstas para este ano no seu centro histórico: a “Fête de L’Europe” (Festa da Europa).

A organização do evento propôs que a exposição “Entre Margens” fosse montada na Place Pey Berland, em frente à Câmara de Bordeaux e à Catedral Saint-André e que seja o evento de abertura da “Fête de L’Europe”.

O efeito mediático desta ação será assinalável e único. Para além disso marcará positivamente o lançamento da edição 2012 Entre Margens.

A participação do Museu do Douro nesta atividade tem o objetivo de divulgar e promover uma imagem contemporânea de criatividade do Douro.

O valor global envolvido nesta ação é de 12.000€, basicamente para suportar logísticos e montagem da exposição, sendo que é pedido a cada Câmara parceira uma comparticipação financeira adicional no valor de 510€.

A participação das edilidades na ação inclui não só a comparticipação financeira mas também a deslocação de um representante do Município de Vila Real, de 9 a 11 de maio, a Bordéus (França) que no caso de Vila Real, será o Sr. Vice-Presidente Domingos Madeira Pinto. “-----

-----**DELIBERAÇÃO: Autorizar a comparticipação de 510 € (quinhentos e dez euros), para a Fundação Museu do Douro.**-----

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

- Reforço de Fundos de Maneio 2012 – maio a dezembro

----- 7. - Presente à reunião proposta do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, do seguinte teor:

“Nos termos do artº. 13º do Regulamento de Fundos de Maneio, foram aprovados em reunião de Câmara Municipal de 27-12-2011, a constituição dos Fundos de Maneio para 2012. No entanto, tem-se verificado durante o exercício de 2012 a insuficiência dos montantes então aprovados em algumas das classificações. Nesta conformidade, nos termos do artº. 13º do referido regulamento, apresenta-se a seguinte proposta para reforço de algumas rubricas dos Fundos de Maneio, que passam a ter os seguintes valores entre maio e dezembro de 2012:

Titular do Fundo de Maneio	Cargo/Função	Montante Mensal	Classificação Orgânica e Económica	Dotação Anual	Finalidade
Eduardo Luís Varela Rodrigues	Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro	1.650,00 €		13.200,00 €	
		1.500,00 €	02.01/ 02.02.25	12.000,00 €	Outros Serviços/ Registos Prediais
		150,00 €	01.02.01/ 02.02.20	1.200,00 €	Outros Trabalhos Especializados
Levi Augusto da Silva Correia	Encarregado Operacional no Departamento de Gestão e Conservação Urbana	1.000,00 €		8.000,00 €	
		1.000,00 €	04.01 /02.02.10	8.000,00 €	Transportes
José Hermano Cruz Machado	Chefe de Gabinete	1.100,00 €		8.800,00 €	
		100,00 €	01.02.01/ 02.01.21	800,00 €	Outros Bens
		1.000,00 €	01.02.01/ 02.02.25	8.000,00 €	Outros Serviços

-----**DELIBERAÇÃO:** Autorizar o reforço, nos termos da proposta do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

Contratação Pública

- Fiscalização da empreitada de execução do Centro Escolar de Mouços
- Aprovação da minuta de contrato

----- **8.** - Para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 98.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, é presente à reunião, para aprovação, a minuta do contrato de Fiscalização da empreitada de execução do Centro Escolar de Mouços, a celebrar entre esta Câmara Municipal e a firma Norvia – Consultores de Engenharia, Lda. adjudicatária da referida empreitada.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar a minuta de contrato.-----

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Contabilidade

- Douro Alliance
- Comparticipação financeira

----- **9.** - Presente à reunião ofício da Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro registado sob o n.º 3981, datado de 03/05/2012, solicitando o envio das verbas de

comparticipação a transferir para esta associação no valor de 80.0489,80 €, de acordo com o quadro anexo.

Previsão orçamental para 2012 – Comparticipação Município de Vila Real por Projeto

Projetos	Corrente	Capital
P01 Laboratório de Ideias e Prospetiva	147,85 €	- €
P02 Gabinete de Animação e Promoção da Rede	2.386,58 €	- €
P03 Evento de Projeção Internacional	- €	- €
P04 Douro Cultural	8.893,08 €	- €
P08 Plano de Mobilidade Sustentável	6.398,67 €	- €
P09 Gabinete de Turismo Douro Alliance	6.826,62 €	- €
P10 Internacionalização do Eixo Urbano Douro Alliance	2.518,74 €	- €
P11 Plataforma Comum Empresarial	5.881,83 €	- €
P12 Observatório Económico e Social	2.975,95 €	- €
P13 Canais de Cidadania em Rede	- €	17.866,67 €
P16 Novas Redes Tecnológicas e Banda Larga	- €	15.000,00 €
P17 Canais Interativos em espaço público	- €	4.000,00 €
P18 Estrutura de Implementação	7.153,81 €	- €
TOTAL	43.183,12 €	36.866,67 €

-----DELIBERAÇÃO: Aprovar a comparticipação corrente e de capital do município, até aos valores constantes no mapa do ofício da Douro Alliance.-----

Tesouraria

- Balancete Quinzenal

- Quinzena de 30 de abril a 11 de maio/2012

----- 10. - Presente à reunião o Balancete da Tesouraria de 30 de abril a 11 de

maio/2012, o qual apresenta o seguinte movimento de valores em (euros):

Saldo da Quinzena Anterior	1.703.685,20
Cobrado Durante a Quinzena	76.627,43
Pago Durante a Quinzena	711.695,31
Saldo para a Semana Seguinte	1.068.617,32
Discriminação do Saldo	
• De Operações Orçamentais	162.321,05
• De Operações Não Orçamentais	906.296,27

-----**DELIBERAÇÃO: Tomar conhecimento.**-----

**DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

- **Restauro e Recuperação da Casa dos Marqueses de Vila Real e Instalação do Centro de Informação Turística Municipal**
- **Decisão sobre Erros e Omissões**

----- **11.** - Presente à reunião informação do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Sustentável do seguinte teor:

“1. Introdução

De acordo com o estatuído no ponto 1 do Artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detetados.

Sendo que, ainda de acordo com o ponto 3 do referido artigo a apresentação da lista, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão sobre os erros e

omissões identificados pelos interessados ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

2. Análise

Tendo o quinto sexto do prazo terminado dia 22/04/2012 verificou-se que a aproximação do final do prazo levou à apresentação de erros e omissões pelos interessados, o que em face da quantidade, volume e hora de apresentação inviabilizou toda e qualquer resposta.

Após análise dos erros e omissões pelos projetistas anexa-se, para efeitos do disposto no ponto 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, um ficheiro com os erros e omissões expressamente aceites.

De acordo com o ponto 7 do artigo 61.º do CCP, os putativos concorrentes devem identificar expressa e inequívoca os termos do suprimento dos erros e omissões aceites pela entidade adjudicante, bem como o valor incorporado no preço ou preços indicados na proposta atribuído a cada um desses suprimentos.

Assim os atributos da proposta referidos na alínea b) no n.º 1 do Artigo 57.º do CCP, serão – sempre que um procedimento tenha erros e omissões identificados – de conter dois grupos distintos um que diga respeito à proposta das condições do concorrente quanto aos atributos – preço, prazo, condições de pagamento, condições de execução, etc. – referentes aos trabalhos constantes do projeto inicialmente patenteado. E o outro, referente aos erros e omissões aceites, os quais igualmente terão de ser objeto de proposta das condições do concorrente.

Mais se informa que o valor da proposta a apresentar pelos concorrentes terá que se conformar com o limite estabelecido pelo preço base, considerando já incluído o valor do suprimento dos erros e omissões expressamente aceites pela entidade competente para a realização da despesa. Assim, será excluída toda e qualquer proposta que apresentar um preço superior ao preço base.

3. Conclusão

Em face do exposto deve, de imediato, ser comunicado a todos os interessados a decisão que recaiu sobre os erros e omissões detetados, bem com a existência de uma lista onde constam todos os erros e omissões expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Deverá também ser disponibilizado aos interessados todo o conteúdo do ponto anterior.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Ratificar o Despacho do Senhor Vice-Presidente sobre a aceitação dos erros e omissões, prorrogação do prazo para entrega das propostas e respetivas publicitações na plataforma eletrónica da contratação pública.**-----

Animação e Turismo

- Festas da Cidade 2012

----- **12.** - Presente à reunião informação do Serviço de Animação e Turismo do seguinte teor:

“1. O Programa das Festas da Cidade 2012, contempla um conjunto de atividades culturais, desportivas e recreativas de grande impacto, que implicam despesas para a Câmara Municipal, em termos de aquisição de bens e serviços, subsídios a entidades, investimentos, etc.

2. Face à necessidade do cumprimento das regras de contratação pública com a realização das despesas inerentes às atividades das Festas da Cidade, procederam os Serviços às adequadas consultas destes tipos de serviços.

3. Nesta conformidade, propomos que a Câmara Municipal autorize:

3.1 O ajuste direto, ao abrigo do nº 1 do artº 20 e artº 112 e seguintes do CCP, aprovado pelo Decreto – Lei nº18/2008 de 29 de janeiro, dos seguintes serviços, por motivos de aptidão técnica ou artística, ou relativos à proteção de direitos exclusivos ou de direitos de autor, que apenas podem ser executados por determinados prestadores de serviços:

3.1.1 – Faustino Rodrigues – Impacto Espetáculos: 4500 € + IVA, para a atuação do grupo “VINIL”.

3.2 –O ajuste direto, ao abrigo do nº 1 do artº 20 e artº 112 e seguintes do CCP, aprovado pelo Decreto – Lei nº18/2008 de 29 de janeiro, aos seguintes fornecedores de bens e serviços, até aos seguintes valores:

3.2.1 – Faustino Rodrigues – Impacto Espetáculos: 1.000 € + IVA para aluguer de som.

3.2.2 – 3.000 € + IVA, outras despesas (SPA, alimentação, policiamento, licenças e seguros, alojamento, águas, ramos de flores, quadros elétricos, panatas, materiais de carpintaria, convites, folhetos, fotografias).

3.3 – Propõem-se ainda que a Câmara Municipal de Vila Real, participe financeiramente as seguintes Associações Desportivas Culturais e Sociais:

- 3.3.1 – NAMA: 500 € para o XIV Passeio Aléu de Automóveis e Motos Antigos;
- 3.3.2 – Bila Bikers: 1000 € para a VIII Maratona de BTT e Vila Real em Bicicleta;
- 3.3.3 – Associação de Caminheiros de Vila Real: 500 € para a realização do XIX Encontro Nacional de Caminheiros;
- 3.3.4 – Associação de Modelismo de Vila Real: 1000 € para a realização do Campeonato Nacional e Europeu de Radiomodelismo;
- 3.3.5 – Grupo Desportivo de Parada de Cunhos: 500 € para a realização do II J CUP Cidade de Vila Real.
- 3.4 – Celebração de um contrato - programa com as seguintes entidades:
- 3.4.1 – Associação Comercial e Industrial de Vila Real o valor de 5.000 €, para a realização “S. João no Centro Histórico”.
- 3.4.2 – Associação de Criadores do Maronês o valor de 5.000 € para a realização da Feira de Gado.”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Autorizar a realização das despesas bem como as participações a atribuir a entidades, nos termos da informação dos serviços.-----

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

- **Abertura de procedimento para a realização da empreitada de construção da Via Verde aos Transportes Alternativos – Fase 1, consentâneo com a alínea b) do Artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), - Concurso Público**

----- 13. - Presente à reunião informação da Divisão de Estudos e Projetos do seguinte teor:

1. Procedimento

Concurso Público para a execução da Empreitada de construção da Via Verde aos Transportes Alternativos – Fase 1.

2. Fundamento do Ato de Decisão/Identificação das necessidades a satisfazer

2.1 Enquadramento/Introdução

Como é do conhecimento de V. Exa. em reunião ordinária da Câmara Municipal datada de 23 de junho de 2010 foi deliberado aprovar o Projeto de execução da Via Verde aos Transportes Alternativos, para efeitos de candidatura ao Programa Articular.

Assim a presente informação vem propor, ao órgão competente para autorizar a despesa, a abertura de procedimento consentâneo com a construção da Via Verde aos Transportes Alternativos – Fase 1.

A obra a levar a efeito.

A obra a levar a efeito materializa-se em:

- Infraestruturas Viárias;
- Infraestruturas Hidráulicas;
- Arquitetura Paisagista;
- Infraestruturas Elétricas e de Telecomunicações;
- Infraestruturas de Gás;
- Obra de Arte (viaduto).

3. Prazo

O prazo global da execução da obra, contado a partir da data de consignação será o prazo indicado na proposta do empreiteiro, não podendo ultrapassar 10 meses.

4. Preço base

Estima-se que o valor base da presente empreitada seja de € 910.000,00 (novecentos e dez mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5. Escolha do Procedimento (38.º; 19.º/a); 20.º/1/a/b)/4; 21.º/1/a)/2; 24.º a 27.º; 31.º/3 do CCP)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Consentâneo com a alínea b) do Artigo 19.º do CCP – Concurso Público	Valor inferior ao referido na alínea c) do artigo 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Concelho, de 31 de março

6. Peças do Concurso

De acordo com a alínea b) do ponto 1 do Artigo 40.º do CCP constituem peças do concurso o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, em anexo à presente informação.

7. Júri do Procedimento

Função	Identificação
Presidente	Eng.º José Carlos Constantino Fernandes
1.º Vogal	Eng.º Adriano António Pinto de Sousa
2.º Vogal	Eng.º José Alberto da Cruz Gonçalves Claudino
1.º Vogal Suplente	Eng.º Amílcar Ricardo Silva Ferreira
2.º Vogal Suplente	Eng.º Carlos Orlando Campos Saraiva

8. Financiamento

Sendo a Via Verde aos Transportes Alternativos – Fase 1 parte integrante do Projeto RU 3.4 do Programa de Ação, Parcerias para a Regeneração Urbana (Articular), desde logo é possível prever o seguinte financiamento:

Valor	Participação Comunitária	Município
	Tx. Comp. = 80%	Tx. Comp. = 20%
910.000,00€ + IVA	728.000,00 € + IVA	182.000,00 € + IVA

9. Entidade Competente para a decisão de contratar (alínea b) artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho).

A entidade competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Vila Real.

10. Proposta de aprovação

- Decisão de Contratar (36.º CCP)
- Escolha do Procedimento (38.º CCP)
- Aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, em anexo (40.º/2 CCP)
- Designação do Júri (67.º/1 CCP).”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar o Projeto, o Programa de Procedimento, o Caderno de Encargos e autorizar a abertura de concurso público, nos termos da informação dos serviços.-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO URBANA
DIVISÃO DE GESTÃO URBANA

- Processo n.º 11/06
- Construções Pinto & Marques, Lda.
- Freguesia de Borbela

----- **14.** - Requerimento de Construções Pinto & Marques, Lda. registado sob o n.º 4245, datado de 04/05/11, submetendo para apreciação do Executivo ao pedido de receção provisória das infraestruturas do loteamento, sito no Lugar de Courelas, Coelhal, Freguesia de Borbela.

Traz a seguinte informação da Divisão de Gestão Urbana:

“Solicitou o requerente a receção provisória das obras de urbanização referentes ao alvará de loteamento n.º 1/2010.

Após vistoria realizada verifica-se que podem ser recebidas provisoriamente as obras de urbanização.

Deve ser mantida a caução no valor de 8.647,40 €, que corresponde a 10% do valor da caução inicial, até à receção definitiva das mesmas”.

A Chefe de Divisão de Gestão Urbana informa o seguinte:

“Face ao assunto sou de opinião que o processo seja remetido à reunião da Câmara Municipal para receção provisória das obras de urbanização e libertada a caução até ao montante de 8.647,40 €, conforme parecer favorável dos serviços técnicos.”

O Diretor do Departamento de Gestão e Conservação Urbana emitiu o seguinte parecer:

“À reunião de Câmara com parecer favorável até ao montante de 8.647,40 €.”

“Por Despacho de 08.05.2012, o Vereador do Pelouro remeteu o processo à reunião da Câmara Municipal, na sequência do parecer do Diretor do DGCU.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Autorizar a receção provisória e a redução da caução, nos termos da informação dos serviços.-----

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO URBANA

- Construção do pavilhão G2 no espaço do novo Centro Escolar das Árvores
- Reclamação do empreiteiro quanto a erros e omissões

----- **15.** - Presente à reunião informação da Divisão de Conservação Urbana do seguinte teor:

“O adjudicatário da empreitada supra referida reclamou já em fase de execução do contrato, erros e omissões de Caderno de Encargos, num valor inicial de 89.115,54 € (erros – 28.602,04 € e omissões – 60.513,50 €).

Depois de algumas reuniões com elementos do adjudicatário e consultado o projetista, verificou-se a validade da lista de erros e omissões que se anexa, acordados preços e medições, num valor total de 32.538,37 € (erros – 6.862,88 € e omissões – 25.675,50 €). De acordo com o Código dos Contratos Públicos, lei que rege as empreitadas, e de acordo com o artº 378º, nº 3 e nº 5, a responsabilidade é de 50% do total atrás referido, ou seja **16.269,19 €** a acrescer de IVA à taxa aplicável.

Torna-se assim necessário aprovar estes trabalhos e custos pelo executivo municipal.”---

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar, nos termos da informação dos serviços.-----

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

- Conselho Municipal de Educação de Vila Real
- Emissão de parecer

----- **16.** - Presente à reunião informação da Vereadora Dolores Monteiro do seguinte teor:

“Face à proposta apresentada pelo Diretor Regional de Educação do Norte, em reunião realizada no passado dia 19 de abril de 2012, à Câmara Municipal de Vila Real, na pessoa da Vereadora do Pelouro da Educação e Ensino, e também aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias/3C do concelho de Vila Real, em reunião subsequente, a qual prevê:

- a agregação do Agrupamento de Escolas Mons. Jerónimo do Amaral com a Escola Secundária/3C Morgado de Mateus num único território educativo que inclui todas as freguesias localizadas na margem esquerda do rio Corgo;
- e a criação de dois territórios educativos nas freguesias localizadas na margem direita do rio Corgo, através da agregação de cada uma das Escolas Secundárias aí existentes (Esc. Secundária Camilo Castelo Branco e Esc. Secundária de S. Pedro) com parte do atual Agrupamento de Escolas Diogo Cão;

e considerando que:

- A Carta Educativa de Vila Real, aprovada em 2007 e homologada em 2008 - e que prevê a criação de 4 Territórios Educativos/Agrupamentos de Escolas -, está em fase de revisão, conforme o disposto no artº 20º do Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de janeiro;
- Está a decorrer a Reorganização Administrativa, com a inevitável fusão de Freguesias no concelho de Vila Real, o que poderá condicionar a reestruturação dos atuais territórios educativos;
- Os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias estão em fase de terminar o presente ano letivo, com todo o trabalho inerente à respetiva conclusão, bem como a preparar o próximo ano letivo;
- O Agrupamento de Escolas Diogo Cão é TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) e que o programa termina em 2013;
- Não houve, que seja do conhecimento público, uma avaliação das mais-valias efetivas, do ponto de vista pedagógico e não só, eventualmente resultantes das anteriores agregações dos Agrupamentos Horizontais de Escolas com as Escolas do EB2,3, e que deram origem aos atuais Agrupamentos Verticais de Escolas;
- Apenas no passado dia 26 de abril de 2012 foi publicado o Despacho nº5634-F/2012, do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, o qual *“Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações”*;

O Conselho Municipal de Educação de Vila Real, reunido para o efeito no dia 8 de maio de 2012, pelas 17h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Real, aprovou, por **UNANIMIDADE**, emitir o seguinte *Parecer*, o qual será enviado ao Executivo Municipal de Vila Real, para que o mesmo tome as medidas que achar por convenientes:

1. O processo de eventuais agregações de Agrupamentos de Escolas com Escolas Secundárias, tendo em vista o cumprimento do disposto no artº7º do Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, deverá ser preparado atempadamente por forma a produzir efeitos no início do ano letivo seguinte;
2. A agregação de Agrupamentos de Escolas com Escolas não agrupadas deverá ser antecedida por um criterioso processo de avaliação do trabalho já desenvolvido pelos Agrupamentos de Escolas, ao qual deveriam estar anexadas, elencadas de forma clara, as melhorias para toda a comunidade escolar/educativa que estariam previstas com cada agregação proposta;
3. A haver agregação dos Agrupamentos de Escolas com as Escolas Secundárias do concelho de Vila Real, o processo de constituição dos agrupamentos resultantes deve ser efetivado após:
 - a. A revisão da Carta Educativa de Vila Real, que deverá estar concluída até ao final do corrente ano de 2012;
 - b. A realização de obras de requalificação e ampliação das Escolas EB 2,3 e Escolas Secundárias da rede pública do concelho;
 - c. Realizar-se em simultâneo, numa lógica municipal.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Concordar com a proposta do Conselho Municipal de Educação. A Vereadora Eugénia congratulou-se pelo facto de ser a primeira vez que é presente à reunião da Câmara Municipal pareceres do Conselho Municipal, o que devia ser uma prática nos outros Conselhos Municipais.**-----

- Aprovação da ata em minuta e encerramento da reunião

----- 17. - E não havendo mais nada a tratar, a Câmara deliberou, por unanimidade

aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para efeitos consignados no n.º. 4 do art.º. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, com funções de Secretário que a mandei elaborar. Seguidamente foi encerrada a reunião quando eram 11,30 horas.-

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO,


(Eduardo Luís Varela Rodrigues)

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


(Manuel do Nascimento Martins)

